

ENTREVISTA

Crise revela fragilidade da política comercial

PAULO LIEBERT/AE

Disputa entre Receita e Desenvolvimento é resultado da falta de coordenação

CLÁUDIA DIANNI
e LU AIKO OTTA

BRASÍLIA - Os conflitos entre o Ministério do Desenvolvimento e a Receita Federal, que explodiram no início desta semana, mostram que a política de comércio exterior depende de uma articulação entre diversos órgãos do governo, que vinha ocorrendo precariamente.

Na avaliação do secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Roberto Giannetti da Fonseca, o principal saldo da disputa foi o fortalecimento da Câmara e da idéia de trabalhar em equipe. Até então, segundo revelou em entrevista ao Estado, o órgão vinha sendo atropelado pela Receita, que tomou "dezenas" de decisões na área de comércio exterior sem consultá-la. A taxa em 150% sobre a exportação de armas foi o exemplo mais recente. Giannetti assegurou que as medidas na área tributária serão implementadas, "porque são decisão do presidente Fernando Henrique".

O papel da Camex, acredita, passa também por conciliar opiniões diferentes sobre como estimular o crescimento das exportações. Ele acredita que o governo tem uma função de "guia" das iniciativas de investimento. É uma visão diferente da equipe econômica, que é contra essa abordagem setorial. Mas o secretário acha que essa diferença não chega a ser uma divisão entre "desenvolvimentistas" e "monetaristas".

Ele defende uma mudança não só na mentalidade de parte do empresariado brasileiro, que classificou de "comodista", até na representação brasileira no exterior. Giannetti vê com simpatia a proposta, apresentada pelo ex-secretário de Política Econômica José Roberto Mendonça de Barros, de se criar um órgão negociador no governo brasileiro, nos moldes do americano United States Trade Representative (USTR), o órgão responsável pelas questões de comércio internacional, para "dar um upgrade" na área.

O secretário disse contar com a aprovação de uma proposta, que se encontra no Congresso, de taxar as importações com as contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Estado - Passada uma semana da Enaex, qual o balanço que o senhor faz do evento?

Roberto Giannetti da Fonseca - Em primeiro lugar, foi um sucesso de público. Segundo, acho que conseguimos levantar um ânimo exportador e mostrar o engajamento do governo em apoio à exportação. Além disso, as medidas anunciadas, o início do processo do Programa de Exportação 2001, foram bem recebidas, embora se possa dizer que não foram suficientes.

Estado - Daí o descontentamento dos empresários...

Giannetti - Eu não diria descontentamento, mas uma sensação de que isso é a parte, não o todo. É importante lembrar que quem tem de agir não é só o governo, mas também os empresários. A maioria dos exportadores, comodistas, vendem produtos no porto, quando poderiam estar vendendo para entrega direta ao comprador, já com os impostos pagos, com maior valor agregado. Há todo um problema de cultura exportadora, de aprendizado, de ousadia, que o empresário precisa ter. Do contrário, não sairemos da mediocridade. A política paternalista acabou. Agora, se o empresário quer sobreviver no mundo globaliza-



Giannetti, secretário-executivo da Camex: empresariado 'também não faz sua parte, brasileiro é muito imediatista; só jogar pedra é injusto'

"O empresário tem de ousar, ou não sairemos da mediocridade; temos de continuar aumentando as exportações, como ocorreu em 2000. Mas em janeiro começa a mudar o cenário. Tivemos reunião com 61 setores da economia e, desses, 49 a 50 vão crescer mais do que 10% no ano que vem."

"Fazer (mudanças na política de importação) depende da vontade do governo. Ainda mais agora, com o Orçamento na boca do forno, se o governo tiver vontade de fazer; não sou expert em assuntos legislativos, mas minha percepção de fora sempre foi de que, quando o governo quer fazer, faz."

do, tem de exportar.

to, não estava.

Estado - Os desentendimentos entre o ministro Tápias e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, tiraram o brilho do Enaex. Como o senhor avalia esse episódio?

Giannetti - Não gostaria de comentar, o fato já está superado. A lição que fica desse episódio é que nenhum ministério tem condição de trabalhar uma política de comércio exterior isoladamente. Ela tem de ser um trabalho de equipe do governo. O trabalho da Camex é de coordenação, é conduzir os naturais conflitos de interesse entre a política fiscal, a política monetária e as políticas públicas de desenvolvimento - entre elas, a de comércio exterior. Mas temos de conduzir sem emoção, com profissionalismo e com pragmatismo. E a Camex tem de coordenar; para isso, foi reforçada pelo Palácio do Planalto.

Estado - O que significa "dar mais efetividade à Camex", como es-

tá dito na nota divulgada pelo Planalto?

Giannetti - É valorizar o papel coordenador da Camex, atribuindo a ela mais autoridade, mais responsabilidade. A Camex é um conselho de ministros. As decisões do conselho são, muitas vezes, ditadas pelo presidente da República.

Estado - Mas a Camex, hoje, já não é assim?

Giannetti - Não. Houve várias decisões sobre Imposto de Exportação nas quais a Camex não foi ouvida.

Estado - O senhor está falando sobre a taxa sobre as exportações de cigarros?

Giannetti - Não. No caso dos cigarros, por acaso, fomos ouvidos, porque a Casa Civil nos alertou. Mas da taxa sobre exportação de armamento, tomada na semana retrasada, tomei conhecimento pelos jornais. A Casa Civil deveria ter consultado a Camex, para saber se faz sentido, se é justo, se não é. Está no decreto de criação da Camex: em todos os atos de comércio exterior, ela tem de ser ouvida. Mas, de fa-

Estado - Houve outros episódios desse tipo?

Giannetti - Dezenas, mas não quero listar.

Estado - O que surpreende é que agora, depois de toda essa crise, se venha falar que o governo vai trabalhar em equipe pelo comércio exterior. Então, até hoje, não houve trabalho de equipe?

Giannetti - Existe trabalho de equipe, mas há ainda falhas na coordenação, que estou tentando corrigir. Tem de haver equilíbrio de autoridade entre os membros, e não permitir que um ministério tome uma decisão sozinho, publique no jornal e os outros fiquem sabendo pela imprensa. Os ministros que não foram ouvidos ficam insatisfeitos, com razão.

Estado - O pivô da crise foi o crédito presumido, que permite aos exportadores se compensarem pelo PIS e pelo Cofins pago na produção de um bem destinado à exportação. Há queixas de que a fórmula existente hoje, que dá direito a um desconto padronizado de 5,7% para qualquer produto, dá crédito demais para alguns setores e compensa menos para outros. No Ministério da Fazenda, diz-se que a mudança não é nada simples de ser feita. Como isso será solucionado?

Giannetti - Por ironia, quando eu estava no setor privado, o próprio Everardo e a Lytha (Spindola, secretária de Comércio Exterior) me pediam opinião sobre como deveria ser o crédito presumido do PIS e Cofins. O que estamos pensando agora é o seguinte: aumentar o crédito presumido dos produtos de maior valor agregado e reduzir para os de menor valor agregado. Isso, é claro, caso não seja possível achar uma compensação tributária para um aumento geral do crédito presumido. Se não conseguirmos essa redução geral em 2001, faremos em 2002 um sistema que todos terão aumentado o crédito presumido.

Estado - Se houver queda na arrecadação por causa dessa redução na carga tributária das exportações, será necessário arranjar alguma forma de compensar. O que seria?

Giannetti - Há várias possi-

bilidades. Uma delas é a tributação nas importações com PIS e Cofins. Tem um Projeto de Emenda Constitucional (PEC), de número 277, que trata desse assunto. Além de gerar receitas que permitirão desonerar ainda mais as exportações e o investimento, a aprovação dessa PEC será a correção de um erro. O importado não paga essas contribuições na cadeia produtiva lá fora, e nem no primeiro faturamento aqui. E o brasileiro já paga na cadeia toda, e mais no faturamento final.

Estado - Se a mudança depende de uma emenda constitucional, então demora...

Giannetti - Depende da vontade do governo. Ainda mais agora, com o orçamento na boca do forno, se o governo tiver vontade de fazer, faz. Não sou expert em assuntos legislativos, acabei de chegar ao governo, mas minha percepção de fora sempre foi de que, quando o governo quer fazer, faz. Especialmente, num tema que não é controverso. Ou será que o Congresso pretendia proteger as importações contra os produtores nacionais?

Estado - Outra medida que gerou polêmica foi a isenção do Imposto de Renda sobre a remessa de dinheiro ao exterior para pagar promoção comercial. A Receita reconhece que essa tributação não arrecada grandes coisas, mas é importante para evitar remessas ilegais de

que fica?

Giannetti - Eu prefiro que os empresários sejam fiscalizados em suas remessas, mas que elas sejam feitas às claras. Antes disso do que uma medida que inibe de uma maneira geral a promoção comercial, como se todos estivessem fazendo evasão fiscal, taxando em 15% os recursos enviados ao exterior para promover exportação. Não tem sentido, nenhum país no mundo faz isso. O que tem de fazer é fiscalizar.

Estado - Mas, ela sai?

Giannetti - A medida vai sair, porque a decisão foi do

presidente da República. A medida está aprovada, cabe aos órgãos obedecer.

Estado - O senhor concorda com essas críticas que são feitas aos diplomatas brasileiros, de que eles não teriam condições de fazer as negociações na área comercial?

Giannetti - De certa forma, essa crítica é injusta. Não se pode esperar dos diplomatas mais do que eles podem oferecer. Eles têm um treinamento de negociação, mas não têm conhecimento do mercado ou do produto, que é coisa muito específica. Ao mesmo tempo, dentro do Ministério das Relações Exteriores, muitas vezes pode haver conflito de interesse entre posições políticas e estratégicas e a posição comercial.

Estado - Por exemplo?

Giannetti - É difícil citar um exemplo. Mas, nas relações com EUA e Europa, há um sentimento de que deveríamos bater mais forte e que teríamos a ganhar com um maior conhecimento na área jurídica. Os EUA colocam advogados no USTR. Não sei se é certo ou errado, mas será que não é um novo modelo que se deveria pensar, de se criar um grupo negociador na

Presidência da República do qual participassem os diplomatas, mas não só eles? Temos negociadores excelentes no Itamaraty, mas o Brasil precisa dar um upgrade nessa área.

Estado - Essa idéia encontra resistência no Itamaraty, que vê risco de se criar um cabide de empregos ou então estabelecer-se uma situação em que lobistas são pagos com dinheiro público.

Giannetti - Acho que o lobista tem de ser pago pelo setor privado. Mas cabe a entidades como CNI, Fiesp, Fieng, dar um apoio. O setor privado é muito ausente. Os empresá-

rios reclamam, mas também não fazem a parte deles. Falo com conhecimento de causa. Brasileiro é muito imediatista e muito ausente. Ficar na plateia reclamando e jogando pedra é errado e injusto.

Estado - E essa polémica sobre substituição de importações na área de eletroeletrônicos? Um documento interno deste ministério chegou a levantar o risco de uma crise cambial.

Giannetti - Não imaginamos que haja uma política de substituição das importações nos moldes dos anos 60, 70, 80. Mas qualquer país do mundo gostaria de fazer a chamada substituição competitiva de importações. Quando se cria escala e demanda para atrair novos investimentos para substituir produtos que importa-se de forma crescente e aguda, por que não fazê-lo? Há empresas grandes interessadas em investir no Brasil, e o que elas querem não é incentivo fiscal, mas estabilidade de regras, redução de tarifas de importação e ônus fiscal na exportação, para criar plataformas de exportação.

Estado - O presidente do Banco Central, Arminio Fraga, deu uma entrevista condenando essa política industrial por setores.

Giannetti - Pode ser, mas acho que da divergência sai uma melhor reflexão. Respeito e admiro o presidente do Banco Central. Pessoalmente, acredito que o governo tem papel de guia, sim. O mundo inteiro faz isso.

Estado - Estamos, novamente, falando numa divisão do governo entre monetaristas e desenvolvimentistas?

Giannetti - Essa divisão é um pouco cruel na rotulagem, há espaço para posições intermediárias. O mercado tem um papel fundamental de direcionamento da atividade econômica. Mas achar que o mercado, sozinho, resolve tudo, eu não acho. Creio que precisa o governo estimular o setor privado nacional e estrangeiro a tomar certas atitudes e realizar certos investimentos, certas ações que melhorem o desempenho do conjunto da economia. Não há uma divisão de grupos no governo, como a imprensa diz. O ministro Malan nos prestigiou durante três ho-

ras na Enaex, fez discurso de uma hora elogiando nosso trabalho. Se houve alguns fatos posteriores que criaram uma idéia diferente, o que importa não é isso; é o que aconteceu no plenário, o ânimo do exportador. O resto, passa. A gente tem de ter grandeza de pensar acima desses problemas de mal-entendidos, de divergências. Acho que o ministro Tápias demonstrou essa grandeza quando saiu do Palácio do Planalto e disse que vamos continuar o trabalho: "Esqueça tudo, vamos em frente." Como também o ministro Malan colaborou muitíssimo com o sucesso da Enaex. Sem ele, não teria sido o sucesso que foi, porque mostrou que estamos juntos, que ele não é contra o que estamos fazendo. Não há divisão tão nítida como querem colocar, um grupo aqui, outro ali. Podem haver idéias divergentes. Mas, no principal, estamos convergentes.

Estado - Quando é que a balança comercial voltará a dar superávit?

Giannetti - Não tenho ilusão de que, diante da conjuntura de petróleo, da apreciação do dólar ante o euro e outros fatores, se criou um cenário de déficits sucessivos na balança. Mas não quer dizer que seja tendência permanente, pelo contrário. Temos de continuar crescendo as exportações, como ocorreu em 2000. Em novembro e dezembro, ainda devemos ter déficit. Mas, em janeiro, começa a mudar o cenário. Tivemos reunião com 61 setores e, desses, 49-50 vão crescer mais do que 10% no ano que vem.

**'NÃO SE
PODE
ESPERAR DOS
DIPLOMATAS
MAIS DO QUE
ELES PODEM
OFERECER'**

**'MERCADO
TEM PAPEL
ESSENCIAL,
MAS NÃO
RESOLVE
TUDO
SOZINHO'**